

DOSSIÊ

**TRAJETÓRIA DA
DEPENDÊNCIA E
CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA EM ÁFRICA
OCIDENTAL: O CASO
CABO-VERDIANO**

*PATH DEPENDENCY AND THE
CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP
IN WEST AFRICA:
THE CAPE VERDEAN CASE*

Vlademiro Salvador Furtado* 

* Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Cidade da Praia, Cabo Verde. vlademiro.furtado@docente.unicv.edu.cv

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória social e a construção da cidadania na África Ocidental com particular enfoque para a realidade cabo-verdiana, considerada como peculiar quando comparada com outras realidades da sua (sub)região oeste africana. O principal argumento defendido é de que a construção da cidadania em Cabo Verde segue, em seus diferentes momentos fundadores, uma orientação *top-down* perpetrada pelo Estado, desviando-se, assim, da tradição liberal amplamente divulgada nos países centrais de que a construção da cidadania teria sido desenvolvida a partir das estratégias de mobilização *bottom up*. Os resultados do artigo inserem-se nessa linha argumentativa e apontam para uma trajetória social em que a cidadania terá sido resultado da intervenção estatal, ou seja, criada pelo Estado através da implantação de diversos mecanismos sociais visando a constituição de um campo de atuação convergente com as estruturas de oportunidades políticas e eleitorais existentes no país.

Palavras-Chave: África Ocidental. Cabo Verde. Cidadania. Trajetória Social. Dependência da Trajetória.

ABSTRACT

This article analyzes the social trajectory and the construction of citizenship in West Africa, with particular focus on the Cape Verdean reality, considered peculiar when compared to the other realities of its West African (sub)region. The main argument defended is that the construction of citizenship in Cape Verde follows, in its different founding moments, a top-down orientation perpetrated by the State, deviating from the liberal tradition widely spread in the central countries, that states that the construction of citizenship developed from bottom-up mobilization strategies. The results of this article are inserted in this argumentative line and point out to a social trajectory in which the citizenship resulted from State intervention. That is, it was created by the State through the implementation of diverse social mechanisms, aiming at constituting a field of action convergent with the structures of political and electoral opportunities in the county.

Keywords: West Africa. Cape Verde. Citizenship. Social Trajectory. Path Dependence.

INTRODUÇÃO

Este trabalho revisita as principais correntes teóricas que se debruçam sobre a problemática da cidadania na (sub)região oeste africana, com destaque para o caso cabo-verdiano, que assume maior centralidade na discussão teórica e empírica levada a cabo neste artigo. Parte-se de uma abordagem teórica e institucional que enaltece as diversas trajetórias sociais engendradas e trilhadas pelo país nos distintos momentos fundadores de sua história, dos quais se destacam o colonialismo, a independência nacional e o advento da democracia liberal. Assim, o artigo esforça-se em analisar as trajetórias desenhadas e sustentadas por esses eventos históricos e em compreender como as estratégias traçadas e implementadas influenciaram a construção e desenvolvimento da cidadania em Cabo Verde ao longo desses eventos que marcam a historiografia cabo-verdiana, quer enquanto nação subalterna, quer enquanto Estado independente e democrático. Com base nesse objetivo, as teorias do *neoinstitucionalismo* histórico (PIERSON, 2004; MAHONEY e THELEN, 2009), especialmente a teoria de *path dependency* (LEVI, 1997) assume particular relevância, pois argumenta-se que a cidadania existente hoje em Cabo Verde – e a que teorias de tradição neoliberal apelidam de passiva ou de baixa intensidade – é resultado de uma trajetória social em que o Estado e suas diversas estruturas representativas (nomeadamente os partidos políticos), em seus diferentes momentos fundadores, desempenharam, e seguem desempenhando, funções de grande hegemonia comparativamente à sociedade civil, minando, assim, as perspectivas de separação ou fronteira existente entre essas duas esferas (Estado e Sociedade Civil). Esferas essas consideradas, pela teoria neoliberal, como diferentes ou antagônicas (WALZER, 1990). Nesta senda, a chegada aos principais resultados deste trabalho terá sido possível graças à utilização de uma metodologia diferenciada que enfatiza tanto a análise documental dos principais trabalhos reconhecidos pela área que enfoca a temática em causa, quanto a análise de alguns dados de estudos empíricos realizados em Cabo Verde, como, por exemplo, os do Afrobarómetro realizado em 2005.

TRAJETÓRIA SOCIAL EM ÁFRICA OCIDENTAL

Na literatura historiográfica e política africana, sobretudo nos estudos coloniais (CÉSAIRE, 1978; FANON, 2008) e parte dos pós-coloniais (BAYART, 1983; MBEMBE, 2014), é usual o estabelecimento de relação entre a trajetória social africana e as estratégias de dominação colonial que perduraram durante cerca de cinco séculos e cuja abrangência se estendeu sobre todos os domínios de uma sociedade, na época, marcadamente tradicional e rural. Essa dominação, da qual se destaca a de natureza política, cultural, económica e social, teve, numa perspectiva longitudinal, efeitos de longo prazo, pois influenciou o processo de formação psicossocial e cultural dos africanos, que, ao longo de várias gerações, se viram impedidos da sua dignidade humana e da sua condição de cidadãos com direitos e garantias salvaguardados pelas autoridades coloniais de então (NZONGOLA-NTALAJA, 2005).

Nesse sentido, esse evento – o colonialismo – marca irreversivelmente o percurso social de quase todo um continente, subjugado às lógicas autoritárias do poder e à exploração humana e económica sem precedentes na história da humanidade, e, em particular, na trajetória social oeste africana. Assim, uma das consequências dessa dominação no campo social pode ser vista na formatação de uma sociedade civil que se pode, à luz da tradição liberal, considerar como passiva, pois não é suficientemente reivindicativa e engajada a ponto de exigir que o poder público cumpra com a sua responsabilidade de fornecimento de bens e serviços públicos para o interesse coletivo.

Todavia, a despeito da dinâmica da sociedade civil, a qual, historicamente, a tradição liberal tende a considerar como “passiva”, Ki-Zerbo (1979, p. 13) considera essa categorização como um mito e “[...] um argumento que não passa de um sofisma que denota a nossa ignorância atual quanto às transformações que se operaram na história africana”. Num claro exercício de desmistificação dessa ideia, ele apresenta argumentos que mostram episódios eloquentes de transformações sociais autónomas em África pré-colonial, como as que tiveram lugar no setor agrícola e metalúrgico, com a introdução de técnicas de produção, bem como através do poder criador de algumas personalidades de relevo e que estiveram na dianteira dessas transformações sociais endógenas em África (KI-ZERBO, 1979).

Não obstante a existência desses fatos históricos e sociais, parece-nos que a introdução do sistema colonial em África representou uma inversão nessa trajetória marcada por alguma autonomia em diversas áreas, conforme demonstrado por Ki-Zerbo em sua clássica obra intitulada *História da África negra*. Assim, após a implantação do sistema de dominação colonial em África, as ações e iniciativas tendentes à afirmação de uma esfera social independente e autónoma da esfera estatal terão dado espaço às estratégias de um poder autoritário, que detinha o controle absoluto de uma sociedade subjugada a lógicas rígidas de comando e obediência.

Embora não tenhamos a intenção de traçar uma correlação positiva e linear entre esses fatores, ou seja, entre o colonialismo e a emergência de uma sociedade civil nos moldes traçados pelos autores de matriz liberal (MARSHALL, 1967), acreditamos que a dominação colonial enquanto fator temporal longo (PIERSON, 2004) terá tido efeito de longo prazo no modelo de sociedade civil que emergiu logo a seguir ao jugo colonial em África.

Essa extensão de tempo gerada pela dominação colonial sobre a trajetória social africana (horizonte causal longo) implicou a produção de reversões várias, traduzidas num círculo vicioso de repetição de acontecimentos pautados pela lógica de dominação e subserviência, gerando o que, na literatura do institucionalismo histórico, pode ser designado como efeitos de retornos crescentes das instituições políticas.

Assim, essa situação gerou aquilo que a literatura especializada sobre institucionalismo histórico apelida de *path dependency* (dependência da trajetória) e que está assente na ideia de que o tempo ou a história importa, visto que um determinado evento histórico determina variações nas trajetórias sociopolíticas ou na produção de resultados dos países, sociedades ou sistemas sociais (KATO, 1996).

Outra conceituação dessa categoria analítica, e quiçá mais apurada e menos trivial daquela proposta por Kato (1996), é aquela apresentada por Levi (1997) e que vincula o conceito à certa dificuldade de mudar ou “irreversibilidade” dos acontecimentos iniciados ao pontuar que países que “[...] iniciam uma trajetória tem custos elevados para revertê-la” (LEVI, 1997, p. 28).

De fato, a maioria dos países africanos enfrentou, logo após o processo de descolonização, barreiras sociais impostas pelos arranjos institucionais herdados do colonialismo. Tais barreiras dificultaram o processo de *steering* social por vias autónomas e independentes das superestruturas erigidas para conduzir o destino comum dos povos e prover a sua ação coletiva.

No entanto, seria trivial e de certa ingenuidade da nossa parte tomar em consideração apenas o colonialismo e ocultar dessa equação as dinâmicas sociais internas imprimidas pelos países africanos para a construção da cidadania. Deste modo, importa afirmar que as novas elites africanas que acessaram o poder logo após a conquista das independências adotaram uma linha de ação e orientação estratégicas ancoradas no colonialismo, sem adotar, portanto, uma postura de demarcação ou de ruptura completa com o anterior regime, que representava uma ameaça real à autodeterminação, autonomia e vitalidade da sociedade civil em prol da perseguição das aspirações por ela ensejada ou manifestada.

Ao contrário, e na linha da perspectiva defendida por autores pós-coloniais como Bayart (1983), a nova elite política dirigente impôs às sociedades africanas duras condições de sobrevivência, traduzidas na privação de recursos sociais e económicos como o acesso à educação, saúde básica, moradia condigna e emprego, o que contribuiu para acentuar ainda mais as precárias condições de vida e a estrutural dependência face à superestrutura institucional e estatal montada. Essa situação parece derivar de uma cultura política das elites dirigentes africanas que se recusam a concentrar o poder do Estado nas mãos da soberania popular, o que daria ao povo vez e voz em detrimento da personificação e da apropriação do poder por parte da classe dominante. Há, então, uma lógica neofeudal e ancorada em uma perspectiva que Maltez (2013) designa de “privatização clandestina do Estado”.

Assim, a sociedade civil viu-se alienada de participação nesse Estado que teria sido arranjado para ser, na acepção defendida por Bayart (1983), absolutista e onipresente sobre a totalidade das relações e dinâmicas sociais, aniquilando ou controlando, deste modo, os espaços para a emergência de uma sociedade civil que se autogoverne e que disponha de atributos ou mecanismos que lhe permitam controlar o exercício do poder político.

Neste sentido, Jean François Bayart (1983, p. 101), em “La revanche des sociétés africaines”, pontua que o sistema de partido único instalado e que logo se apoderou do Estado tinha como “[...] principal função negativa inibir toda a forma de autonomia da organização da sociedade civil”. Verifica-se aqui uma linha de continuidade com o sistema colonial herdado porquanto terá havido a reprodução da velha política colonial por parte da pequena burguesia dominante, que, através dos aparelhos especializados do

Estado criados e postos em funcionamento, terá relegado a sociedade e a esfera pública (HABERMAS, 2003) de relações sociais a uma cultura de sujeição e subserviência.

As diversas organizações de massa que constituíam o aparato burocrático do Estado – quais sejam: os sindicatos, a organização das mulheres, as organizações juvenis etc. – além de obedecerem a uma estrutura hierárquica e rígida, funcionavam como instrumentos de legitimação do poder e de suporte à manutenção da ideologia revolucionária do Estado. Nesse sentido, a ideologia de construção e de unidades nacionais do Estado pós-colonial africano implicou uma trajetória de tutela global e de afirmação da sociedade pelo Estado e pelos grupos sociais que ostentaram o estatuto de classe dominante (BAYART, 1983).

Assim, o Estado pós-colonial africano é, segundo Bayart (1983), um “Estado bem policiado” ou um “Estado-polícia”, situado próximo da filosofia das monarquias europeias dos séculos XVII e XVIII (BAYART, 1983). Por outro lado, esse Estado é, para Bayart, um Estado que se ocupa de inscrever os subordinados no espaço de dominação estatal cuja finalidade se estriba em uma conduta de gerenciamento e de ordenação da sociedade civil segundo o seu projeto explícito de modernidade (BAYART, 1983).

Nessa lógica e de acordo com essa perspectiva avançada por Bayart (1983), a emergência do Estado pós-colonial africano, ao invés de marcar uma ruptura epistemológica com o anterior modelo de colonização europeia, parece situar-se numa linha de continuidade, pois a elite política dirigente do *novel* Estado terá adotado uma estratégia de dominação sociopolítica que lhe permite reproduzir as velhas práticas engendradas pelo sistema colonial pela via de capturação do poder do Estado e estabelecimento de mecanismos repressivos que permitem manter as massas controladas.

O CASO CABO-VERDIANO

Embora o caso cabo-verdiano apresente uma intensidade e natureza diferenciada do resto do continente, consideramos que, de uma forma geral, a realidade cabo-verdiana guarda, ainda que de forma mais suave, fortes similitudes com a realidade oeste africana, sobretudo nos primeiros anos da independência, nos quais se assistiu à manifestação de atitudes políticas autoritárias por parte de uma elite dirigente que engendrou uma estratégia de aniquilamento e perseguição de potenciais concorrentes ou opositores para o acesso a cargos de direção política do recém Estado independente (LOPES, 2002).

Nesta linha de argumentação, a análise da trajetória social cabo-verdiana que propomos debruça-se especificamente sobre os principais eventos fundadores da sua história enquanto Estado-nação. Assim, faz-se pertinente a consideração dos seguintes fatores: a) o sistema de dominação colonial, com destaque para as transformações sociais ocorridas e as múltiplas lógicas de pertencimento social forjadas pelo colonialismo; b) o advento da independência política e as diversas estratégias perpetradas, quer para a transformação social alicerçada no ideário de construção de um “homem novo”, quer quanto a uma atitude dilacerante em relação à construção e sustentação do

novo Estado, tendo em conta o período politicamente rico que se estende do início ao fim da Guerra Fria (1945-1991); e, c) o processo que conduziu à abertura e transição democrática do início dos anos 1990.

O COLONIALISMO: LUTAS SIMBÓLICAS E AMBIGUIDADES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A formação social de um povo é um processo no qual intervêm diversos fatores, nomeadamente psicológicos, sociais, culturais e políticos, que, numa perspectiva longitudinal, impactam o processo de construção e afirmação de uma sociedade. Nesse processo, os eventos sociais e históricos marcantes, como o colonialismo, bem como as estruturas e lógicas de dominação a eles inerentes, se afiguram como elementos essenciais da formação social cabo-verdiana.

Esses fatos históricos e profundamente enraizados na sociedade cabo-verdiana levam-nos a corroborar a perspectiva amplamente produzida e difundida pela literatura historiográfica moderna e do neoinstitucionalismo histórico da Ciência Política, de que fenómenos sociais marcantes e de horizonte social longo impactam o processo de formação social de um povo e terão efeitos de longo prazo sobre dinâmicas e práticas sociais de qualquer sociedade (PIERSON, 2004; MAHONEY e THELEN, 2009).

Desde logo, a implantação de estruturas de poder estranhas à realidade social vigente, associada à edificação de uma sociedade escravocrata (CARREIRA, 1983), cujas relações se pautaram por meio de mecanismos verticais e hierárquicos (CARDOSO, 1993), ou de cima para baixo, se revelaram como fatores de estruturação ou configuração social do Cabo Verde moderno.

De acordo com o pensamento de historiadores cabo-verdianos como António Carreira (1983) e Iva Cabral et al. (2004), a sociedade que, logo nos primórdios dos descobrimentos e povoamento de Cabo Verde, se erigiu nas ilhas terá sido resultante de uma trajetória marcada por uma confluência de duas classes sociais hegemónicas e completamente distintas uma da outra, quais sejam: a dos “brancos”, que constituíam um grupo social minoritário, mas que possuía o estatuto de “senhor” e de classe dominante, e a dos “negros”, provenientes da costa da Guiné e que representavam um contingente social maioritário, mas que se encontravam numa posição de subalternidade pela sua condição de escravo (CABRAL et al., 2004).

Desse encontro de culturas distintas que se estabeleceram no arquipélago logo após a sua descoberta e início de povoamento em 1460/1462 e 1466 respectivamente (CARREIRA, 1983), terá resultado a sociedade cabo-verdiana, conhecida também como “sociedade crioula” por ser produto do cruzamento entre essas duas classes sociais acima mencionadas e que consubstanciam dois mundos distintos: o “europeu” e o “africano” (CABRAL et al., 2004).

Na realidade, essa sociedade é conhecida como peculiar, impar e singular não apenas do ponto de vista da mestiçagem forjada nas ilhas, mas, sobretudo, pelo fato de

representar uma síntese perfeita e harmoniosa das culturas africanas e europeias em confronto no país. Aliás, numa alusão à teoria do luso-tropicalismo – a qual se define como uma adaptação da cultura portuguesa aos ambientes tropicais das colónias portuguesas em África e na Ásia ou como a justificação da singularidade civilizacional do homem português em regiões tropicais (FREYRE, 1953) –, a sociedade cabo-verdiana aparece como a expressão mais perfeita do luso-tropicalismo, isto é, da cultura portuguesa no mundo (MOREIRA, 1962).

Neste sentido, a sociedade crioula que emerge com a decadência da sociedade escravocrata no século XVII, terá sido fortemente influenciada pelo modelo de organização social europeu dominante, em especial o português, que durante séculos foi responsável pela dominação dos africanos através da escravatura, “[...] atenuando assim as heterogeneidades sociais e culturais específicas das diversas sociedades continentais de origem” (CABRAL et al., 2004, p. 4).

Aliás, uma perspectiva sociológica historicamente anterior a esta, mas que com ela dialoga, terá sido aquela veiculada e sustentada pelo literato e poeta cabo-verdiano, Baltasar Lopes da Silva, que, ao referir-se a uma pretensa homogeneidade social ou “esbatimento” das diferenças sociais existentes em Cabo Verde, expressa o seguinte:

A democracia social reinante em Cabo Verde possibilita o contato permanente entre o instruído e o povo iletrado; há ainda a acrescentar, como força de comunhão e de contemporização a chamada “mobilidade vertical”, a qual dá um acentuado carácter de fluidez à posição de cada indivíduo ou família na escala das hierarquias sociais. No arquipélago, as classes não são categorias fechadas e estanques. O mesmo indivíduo pode conhecer durante a sua vida diversos escalões da consideração social, independentemente das circunstâncias do seu nascimento, ou da cor da sua pele, tudo consoante o seu comportamento perante as perspectivas de acesso social. No arquipélago [...] os antagonismos não se combatem e é, por isso, com profunda, harmonia que todos confraternizam e se submetem aos mecanismos de dar – e – tomar. (LOPES, 1947, p. 9-10).

Essa perspectiva, que expressa certa posição romântica advogada por ele ainda nos longínquos anos da colonização portuguesa (anos 1940), reflete simultaneamente a decadência da classe social minoritária branca e a emergência de um novo padrão na escala de consideração social do indivíduo, que deixa de ser o critério racial (baseado na cor) para ser o critério da renda, com base no forte incremento da atividade comercial por parte dos originários das ilhas. Tanto é assim que “branco”, em Cabo Verde, significa aquele que por força da sua renda ou posição económica consegue alcançar um padrão de vida similar ao do originário da metrópole.

Na variante da língua materna cabo-verdiana (crioulo), é corriqueiro o uso da expressão “djan branco dja” (já me tornei branco já, na expressão portuguesa) para se referir a essa conversão do critério da consideração social. Quando Baltasar Lopes (1947) afirma que, em Cabo Verde, os antagonismos não se combatem, ele se referia à forte segregação racial entre brancos e afro-americanos que existia na época (e que segue existindo) nos Estados Unidos. Não tendo essa questão vincada em Cabo

Verde, o branco não é determinado pela sua raça, mas, sobretudo, pela sua posição económica e social.

Voltando à questão do modelo social europeu imposto pela minoria étnica branca, Iva Cabral et al. (2004, p. 5) afirmam que esse modelo cedo viria a ser subvertido pela classe social maioritária, que, ao ser integrada nele “[...] como força de trabalho, automaticamente o condicionou e marcou”. Como explicação possível, as autoras avançam com o argumento de que foram as rendas obtidas pela prática continuada de comercialização de escravos que estiveram na base da modificação do modelo social europeu imposto e que permitiram a Cabo Verde a sua “[...] primeira elite (política económica e social) liderada pelos armadores moradores-vizinhos de Santiago e que iriam dominar a sociedade insular durante um século e meio” (CABRAL et al., 2004, p. 05).

Após a decadência da sociedade escravocrata no século XVII, forja-se outra classe social, composta por intermediários comerciais que, não podendo participar diretamente da atividade de tráfico negreiro devido à sua transferência para a costa fronteiriça, participam dele indiretamente, “[...] como funcionários dependentes daqueles que, agora, diretamente a partir do Reino e dos Rios de Guiné controlam o comércio de escravos da Costa de África para a América Espanhola” (CABRAL et al., 2004, p. 06). Segundo as autoras, verificou-se, portanto, a partir daí, um momento de perda de influência e de declínio de uma sociedade que, até então, teria sido o grande centro e entreposto comercial de tráfico internacional de escravos, e essa atividade se constituía em sua principal fonte de rendimento (CABRAL et al., 2004).

À essa perda de estatuto de centro motriz de tráfico negreiro a partir da segunda década do século XVII (1613), se juntaram também as frequentes secas e fomes que, embora tenham acontecido de forma periódica e cíclica, se prolongaram até a segunda metade do século XX. Esses condicionalismos que configuram a ausência de uma dimensão material importante (renda, alimentação...) terão sido agravados pelo abandono a que o governo central do reino teria sujeitado essa sociedade devido, em grande parte, à perda de atratividade da cidade de Ribeira Grande enquanto entreposto internacional de tráfico de escravos (CABRAL et al., 2004).

Assim, e de acordo com as autoras, esse abandono propiciou a ascensão dos “filhos da terra” ao controle da economia e administração locais, favorecendo o fortalecimento de uma classe social mestiça, que passa a ser a classe dominante tanto em termos numéricos quanto no que diz respeito à ocupação de lugares cimeiros na Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, onde, na época, se situava a sede da administração colonial (CABRAL et al., 2004).

Nossa perspectiva é tributária daquela aludida e defendida por Anjos (2006), que considera que a ascensão de uma camada social mestiça a partir do século XVII, consubstanciada à criação do primeiro seminário-liceu na ilha de São Nicolau nos finais do século XIX (1866), marca uma inflexão na trajetória social cabo-verdiana até aqui delineada e marcada pelo domínio social da classe minoritária branca. Como observa Anjos (2006, p. 51), as principais expressões intelectuais cabo-verdianas dos

finais do século XIX resultam de uma inversão de trajetória que, de um lado, sinaliza a “[...] emergência pela atividade comercial de uma camada social não-branca e, de outro, pela decadência de uma pequena camada social branca dominante que pela crise instalada sente-se forçada a enveredar-se pela via da escolarização”.

Nessa perspectiva, assiste-se, pois, à lógica de conversão de capital (BOURDIEU, 1989), no caso económico e simbólico (fundado na condição étnica da minoria branca), em capital cultural, dada a proeminência de se munir de habilidades, conhecimentos, códigos e símbolos ocidentais que possibilitam situar os intelectuais numa posição privilegiada de acesso aos principais cargos públicos da então província ultramarina portuguesa. A obtenção do capital cultural através da lógica de conversão de capital, conforme o proposto e desenvolvido por Bourdieu (1989), confere a esses intelectuais – conhecidos por literatos, poetas, técnicos e políticos – da geração seminário de São Nicolau a legitimidade de se expressarem em nome do povo e, em última instância, exercer a mediação cultural e simbólica entre a pátria mãe (Cabo Verde) e a metrópole, esta enquanto pátria imaginada e perspectivada pelos cabo-verdianos.

Essa legitimidade advém da sua maior capacidade – conseguida através da acumulação de capital cultural – de se colocar numa posição de interlocução/mediação entre as demandas de uma nação fustigada pela seca e miséria e a administração colonial portuguesa, da qual se exigia atitudes de deferência e comprometimento com a nação real (ANJOS, 2006). Assiste-se, no entanto, a partir dessa altura (1866), à emergência de uma categoria social que, pela sua condição de intelectual adquirida pela via da escolarização, começa a tomar consciência da dramática realidade social a que a população estava submetida no arquipélago e a exigir maior atenção da parte das autoridades metropolitanas (ANJOS, 2006).

Essa tomada de consciência se manifestava – ainda que clandestinamente, porque as autoridades coloniais de então não a permitiam – através da literatura, traduzida em múltiplas denúncias às autoridades coloniais em relação às precárias condições de vida enfrentadas pela população local, porém sem pôr em causa a legitimidade do regime metropolitano instalado nas ilhas. Assim, forja-se uma espécie de “proto-sociedade civil” (COSTA, 2013), liderada por esse pequeno grupo de intelectuais que reivindica a igualdade de tratamento e de direitos das gentes das ilhas em relação aos cidadãos da metrópole. Nesse âmbito, eles se recusaram a ser tratados como “portugueses de segunda”, o que evidencia a germinação de certa consciência nativista/nacionalista forjada no seio desses intelectuais que, muito embora não sendo contra a metrópole, se assumem como cabo-verdianos (TAVARES, 1999).

De igual modo, surge, após a extinção da geração anterior (seminário-liceu), um novo campo de intelectuais, conhecido como geração “clareza” devido ao fato de terem fundado uma revista com o mesmo nome e que se tornaria o principal instrumento de denúncia ou espaço de retórica e prática discursiva, com vistas a alertar ou chamar atenção das autoridades coloniais para as difíceis condições existenciais vigentes na então província ultramarina portuguesa.

Embora, num primeiro momento, não tenham defendido uma posição tão nativista quanto a geração anterior, porquanto preferisse uma espécie de adjacência das ilhas à

metrópole (LOPES, 1931) ou Cabo Verde como “um caso de regionalismo português” (FERNANDES, 2002, p. 16), a sua linha de atuação parece, num segundo momento, distanciar-se consideravelmente dessa posição ao enveredar-se por uma abordagem mais regionalista do arquipélago (FERNANDES, 2006).

Portanto essa guinada “regionalista dos ilhéus” verificada na posição defendida por Baltasar Lopes e dos integrantes da mencionada revista encontra respaldo no projeto “fincar os pés na terra”, no âmbito do qual se define “[...] um debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde e as condições de vida do seu povo” (LOPES, 1986, p. XIV apud FERNANDES, 2006, p. 148-149).

Em poucas palavras e de uma forma resumida, pode-se dizer que a trajetória social cabo-verdiana durante esse longo período de colonialismo, além de ter sido marcada por uma “incontestável ambiguidade” (FERNANDES, 2006, p. 53), terá sido impregnada por uma luta simbólica e ideológica travada no campo da representação e da imagem do cabo-verdiano como cidadão que, apesar de não negar a sua origem étnica africana, reclama para si a necessidade de um estatuto especial diferenciado e o reconhecimento dos direitos da cidadania vigentes na grande pátria lusitana.

Ora, essa dupla condição ou faceta do cabo-verdiano acaba por configurar aquilo que Fernandes (2006, p. 138) chama de “nacionalismo lusitano-crioulo”, que, longe de se constituir como uma alternativa ao nacionalismo oficial da grande pátria portuguesa, representava mais a sua complementarização ou mesmo o seu atalho cognitivo. Daí que se considera que essa luta pela emancipação social, durante esse período, não se deu contra o sistema em si reinante, mas contra os seus eventuais desvios e suas práticas manifestadas na negação de direitos da cidadania conquistados e reconhecidos por lei a partir de 1608 e tornados politicamente significativos a partir da “[...] Revolução Liberal de 1820 com o alargamento da cidadania portuguesa aos cabo-verdianos” (FERNANDES, 2006, p. 128-129).

O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Durante o processo que culminou com a independência nacional, em 1975, e que marcou, do ponto de vista sociopolítico, uma inversão da trajetória até aqui delineada, houve a existência de movimentos sociais, intelectuais e políticos que, devido à dura realidade social imposta pelo Estado Novo sob a égide de Salazar, advogaram um novo projeto emancipatório com relação ao sistema ao qual estavam vinculados.

A primeira fase de manifestação desses movimentos sociais, intelectuais e políticos – a qual a literatura cabo-verdiana sobre o tema convencionou chamar de “geração dos combatentes” (ANJOS, 2006) – se caracteriza pelo enfrentamento e confrontação política ativa dos intelectuais com relação à condição de subalternização e precarização dos cabo-verdianos face aos colonos.

O principal movimento político de então era, sem dúvida, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado na clandestinidade em Bissau

em 1956 por um grupo de nacionalistas cabo-verdianos e bissau-guineenses e liderado por Amílcar Cabral, que haveria de se tornar o herói nacional e o símbolo máximo dos dois países independentes (LOPES, 2002).

A partir dessa altura, o repertório de ação política e social deixou de ser pautado apenas e exclusivamente pelas denúncias às práticas coloniais, como havia sido durante as gerações de “seminário” e da revista “claridade” (ANJOS, 2006), para passar a englobar a reivindicação da independência e o direito à autodeterminação de um povo oprimido pelo regime ditatorial e fascista de Salazar, cuja legitimidade para a imposição de dominação através do poder e das suas reproduções sociais e políticas havia sido perdida.

Além desse movimento político, cuja contribuição para a libertação nacional se revelou imprescindível, parte considerável da sociedade e cidadãos individualmente considerados haviam tomado consciência da sua condição de dominados e explorados e, como tal, se engajaram, ainda que de forma clandestina, na luta que culminou com a proclamação da independência e o conseqüente fim do colonialismo português no país.

É de se salientar que, de acordo com a posição defendida por Anjos (2006), em Cabo Verde, contrariamente ao que terá acontecido na América Latina, bem como nos restantes países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), a despeito do engajamento político de intelectuais como Amílcar Cabral, “[...] a consciência nacional de uma situação da qual o povo já não se revia estaria já inscrita no imaginário da massa popular sendo, nesse quesito, o intelectual uma expressão e/ou reflexo dessa consciência” (ANJOS, 2006, p. 185).

Ou seja, o engajamento do intelectual político cabo-verdiano parte de uma situação vivenciada num âmbito em que a massa teria tido plena consciência, e não o seu inverso. Isto é, não terá sido o intelectual político a fazer a massa ganhar consciência da situação de carências e sofrimentos que ela vivenciava e que, como tal, obstaculizava a possibilidade de alcançar uma vida melhor (ANJOS, 2006).

Nesse sentido, Anjos (2006, p.187) afirma que, em Cabo Verde, se constata uma inversão da tendência de relação massas/intelectuais, visto que “[...] não é o intelectual que leva a consciência ao povo, mas sim o próprio intelectual que ascende à consciência a partir de uma convivência com o povo, da percepção de sua miséria”.

Essa consciencialização da percepção da miséria assumida pelas massas terá sido muito bem interpretada por Cabral, que, na condição de líder do recém-fundado movimento político, o PAIGC, e de principal idealizador da luta, delineou as estratégias de mobilização política a serem seguidas na consecução do objetivo traçado e que tinha a ver com a liquidação total do colonialismo português das terras cabo-verdianas e bissau-guineenses (LOPES, 2002).

Contudo, Cabral tinha plena consciência de que essa luta deveria se efetivar no quadro da unidade entre os dois países, não apenas pelo fato de eles se encontrarem ligados pelos laços históricos e sanguíneos, mas, sobretudo, pela força e expressão que essa unidade representaria para a luta de libertação nacional (CABRAL, 2014).

Todavia, essa unidade não se afigurava fácil, tendo em conta as múltiplas contradições e divisões existentes (CABRAL, 2014) quer na sociedade guineense, quer na cabo-verdiana e que tinham a ver com grupos ou classes sociais, designadamente a pequena burguesia e os grandes proprietários de terra, que se posicionavam contra a ideia da independência nacional (CABRAL, 2014). Não obstante essas “contradições”, Cabral sempre acreditava que não era necessário unir todos os grupos ou classes sociais em torno do princípio da “unidade e luta”, que se tornaria o principal lema do movimento político por ele fundado (CABRAL, 2013).

Neste sentido, o principal objetivo da sua estratégia de mobilização política era conseguir um determinado grau de unidade das forças de diferentes classes sociais, de diferentes elementos da sociedade para que a luta pudesse ter lugar (CABRAL, 2014). Portanto, terá sido no bojo dessa divisão interna das classes sociais tanto em Cabo Verde quanto na Guiné-Bissau que Cabral percebeu que teria sido impossível prosseguir com a luta sem que os dois países estivessem unidos em torno do projeto de libertação nacional (CABRAL, 2014).

Como ele mesmo teria dito, as contradições ou diferenças de posições arregimentadas no seio das duas sociedades tendem a diminuir caso conseguissem envolver a participação conjunta dos dois países (CABRAL, 2014). Do nosso ponto de vista, ele tentou demonstrar a condição de dominados e de explorados dos dois países e que esses povos não conseguiriam melhorar a sua condição de “subalternos” e projetar o seu futuro caso continuassem sob o jugo colonial, ainda que fossem considerados como “portugueses” por via da alteração de estatuto de colônia para o de província ultramarina portuguesa (LOPES, 2002).

Por outro lado, ele estava seguro de que, caso os países decidissem participar sozinhos na luta, as autoridades coloniais lhes jogariam um contra o outro, frustrando, desse modo, a ideia da luta que pretendia dar seguimento. Assim, ele afirma:

[...] a sua esperança era, se Cabo Verde pegasse na luta, mobilizar os guineenses para combater os cabo-verdianos, que não prestam e que estavam na Guiné como chefes de posto. Se os guineenses pegassem na luta, mobilizar os cabo-verdianos, tanto na Guiné como em Cabo Verde, para combater duramente contra os guineenses, para não os deixarem levantar, para não os deixarem ser livres. (CABRAL, 2014, p. 79).

Esse trecho evidencia claramente o dilema enfrentado por Cabral na definição da estratégia de luta. Daí a sua obstinada insistência na questão da cultura, afirmando por diversas vezes que a luta a ser travada tratava-se de um ato de cultura, ou seja, da conscientização dos dois povos da sua condição de explorados e da necessidade de empreender uma luta conjunta como forma de neutralizar as estratégias coloniais de botar os dois povos um contra outro, explorando as menores diferenças que pudessem existir entre eles.

O ESTADO PÓS-COLONIAL

Com o término da guerra colonial e a conseqüente independência das nações guineense e cabo-verdiana, tendo a primeira sido conquistada unilateralmente em 24 de setembro de 1973 (LOPES, 2002) e a segunda em 1975 e, doravante, sem a presença física do seu principal arquétipo e idealizador, já que Cabral viria a ser assassinado em 1973 em Conakry (SANTOS, 2014), a nova liderança que o sucedeu a frente do PAIGC submeteu-se à hercúlea tarefa de reconstrução nacional do recém Estado independente.

A nova liderança que, em finais de 1974 e início de 1975, com o regresso de Aristides Pereira, novo secretário-geral do partido, desembarcou em Cabo Verde após 14 anos de ausência (LOPES, 2002), terá advogado para o partido o estatuto de força dirigente legítima do Estado e da sociedade por ter sido, durante muito tempo, a única força política e militar presente em combate nos “matos” da Guiné-Bissau.

Essa legitimidade histórica advogada pelo PAIGC, associada ao discurso hegemónico de unidade e reconstrução nacionais (COSTA, 2013), terá, a nosso ver, de um lado, conduzido a uma situação de liquidação do pluralismo político e social, historicamente existente na sociedade cabo-verdiana, e, de outro, à emergência de um paradigma social no âmbito do qual a unidade nacional é alcançada pela via da neutralização de vontades e preferências individuais. Nessa perspectiva, o então partido, além de reservar para si uma posição de vanguarda da trajetória sociopolítica do *novel* Estado, se colocava como o único e exclusivo depositário da vontade coletiva do povo cabo-verdiano (COSTA, 2013).

Essa atitude ficou evidenciada nas múltiplas ações de propaganda política perpetradas pelo PAIGC logo após os acontecimentos de 25 de abril de 1974 e que culminou com a neutralização de forças políticas, quais sejam: a União Democrática de Cabo Verde (UDC) e a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), cujo argumentário e projeto políticos colidiam com os veiculados pelo PAIGC (LOPES, 2002).

No essencial, essas forças políticas representavam um segmento populacional que, embora não fosse, *de jure*, contra a independência nacional, acreditava, de um lado, que, a cruto prazo, tal não seria possível pelo fato de o país não apresentar, na altura, condições económicas que permitissem, de fato, essa independência, e, de outro, que tal dever-se-ia dar contra a ideia da unidade com a Guiné-Bissau (LOPES, 2002).

Tendo em conta essas divergências de posições, seguiu-se um período de grande efervescência política traduzida em ataques políticos e pessoais que, associados a fatores de ordem económica, ditaram a fragilização e desmobilização dessas organizações. Por causa disso, tais organizações não conseguiram apresentar listas à eleição da Assembleia Constituinte em 1975, que seria depois responsável pela proclamação oficial da independência (LOPES, 2002).

Por outro lado, a consagração do PAIGC no poder foi subsidiada por uma estratégia de expurgação de determinados funcionários públicos (LOPES, 2002) previamente identificados como apoiantes do regime colonial fascista, e que, por conseguinte, constituía, na óptica dos dirigentes do partido, uma ameaça real ao seu projeto de unidade e de reconstrução nacional.

Assim, o PAIGC logrou alcançar uma estratégia política que o permitiu implementar o seu projeto político e de desenvolvimento social, ancorado nas ideias de democracia nacional revolucionária (CABRAL, 2014) defendidas por Cabral ainda durante a fase de luta de libertação nacional.

Subjacente a essas ideias estava o projeto de construção do “homem novo”, muito apregoado por Cabral (2013), por entender que só a partir desse ideal seria possível forjar e construir uma sociedade liberta de exploração do homem pelo homem e na qual todos seriam capazes de projetar livremente o seu futuro e o seu projeto de vida.

Para isso, a ênfase parece ter sido colocada na criação das associações e/ou organizações partidárias de massa, como a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), as cooperativas de desenvolvimento, as organizações juvenis, os tribunais populares, entre outras medidas que, pela sua forte penetração social, haveriam de revolucionar o campo sociopolítico a partir dos primórdios da independência nacional.

Esse modelo social do tipo *top-down* parece ter engendrado um modelo de cidadania específico, no qual os direitos sociais antecedem a conquista dos direitos civis e políticos dos cidadãos. Essa trajetória, no que tange à conquista da cidadania, vem demonstrando o carácter específico do modelo inglês e, de certa maneira, dos países de tradição anglo-saxônica, em que os direitos civis precedem os de ordem política e social (MARSHALL, 1967).

Ao contrário, em Cabo Verde, tal como o que aconteceu, por exemplo, no Brasil, os direitos sociais saíram na frente (CARVALHO, 2013), e, nisso, o Estado cabo-verdiano assumiu-se, desde logo, como o único e principal guardião da defesa e proteção social, tendo criado as suas próprias associações e organizações partidárias de massas, como atrás fizemos referência, para tal assunção de responsabilidade.

Esse fato configura aquilo que José Murilo de Carvalho (2013), ao se referir à construção da cidadania nos países menos desenvolvidos, chama de “estadania”, ou seja, uma cidadania formatada e impulsionada a partir do Estado, desviando-se, assim, do padrão convencional e estabelecido pelos países centrais, no âmbito dos quais se constata, precisamente, o reverso da medalha. Do nosso ponto de vista, essa situação verificada em Cabo Verde terá sido responsável pela institucionalização de um padrão assistencialista no relacionamento Estado/cidadão, em que o primeiro vértice dessa equação aparece como o único ator na concessão de gozo dos direitos sociais, muitas vezes associados àqueles que se posicionavam nas fileiras do partido-Estado ou que demonstrassem simpatia pelo partido e seus principais dirigentes.

De fato, o sistema político implantado durante a Primeira República (1975-1990), caracterizado como autoritário e monopartidário (CORREIA E SILVA, 1999), promovia e legitimava no poder a única força política (PAIGC/CV) que detinha, no seu bojo, o monopólio do tecido sociocultural, económico e político, pois constitucionalmente somente a ela cabia a responsabilidade de condução e direção das massas populares.

Portanto, as massas e as suas organizações da sociedade civil, além de serem dirigidas e orientadas superiormente, ou seja, por militantes e dirigentes desse partido, tinham

de agir em conformidade com aquilo que era a ideologia e os princípios da revolução professados por ele, sob pena de serem catalogados como sendo contra a revolução ou contra a própria libertação da pátria (LOPES, 2002). Nessa perspectiva, o então partido único, enquanto superestrutura (BOBBIO, 1994), antes de se constituir como uma instituição a serviço da sociedade civil, se definia como uma instituição a serviço da sociedade política (Estado) cuja preservação e viabilidade se mostravam necessárias, pois dela dependia, em grande parte, a materialização do seu projeto de unidade e (re) construção nacional (LOPES, 2002).

Esse momento superestrutural no qual se enquadrava o partido está, a nosso ver, na origem da função hegemónica exercida pelo então partido único sobre a sociedade civil, que, na falta de espaços autónomos que possibilitassem o seu desenvolvimento, terá sido forjada a partir de cima pelas estruturas partidárias espalhadas pela sociedade e sedentas do exercício do poder.

Ainda, em nossa perspectiva, esse processo de formatação do campo social partindo de cima foi permeado por relações hierárquicas e verticais nas quais a figura do chefe partidário e associativo gozava de um estatuto e prerrogativas privilegiados em relação aos demais membros, os quais eram submetidos às lógicas de comando e obediência típicas de quem exerce o poder político. Uma perspectiva semelhante a esta é aquela encontrada e desenvolvida no clássico trabalho do sociólogo brasileiro Raymundo Faoro (2008), que, ao analisar o desenvolvimento do Estado brasileiro, constata aquilo que ele designa como lógicas patrimonialistas e de “patronagem política” no relacionamento entre estamentos burocráticos e cidadãos.

Em Cabo Verde, essas lógicas terão sido por demais evidentes no relacionamento com o Estado, pois as lideranças políticas e associativas que ocupavam posições relevantes de poder distribuíam prebendas e outros incentivos no que tange ao recrutamento político de cidadãos, com base no estabelecimento de uma rede de clientela política, visando o reforço e manutenção da sua posição de poder.

Associada a esse tipo de relações estabelecidas no domínio social, destaca-se também a formação de um modelo de Estado que pode ser caracterizado como o de Estado-providência e/ou de feição keynesianista (CORREIA E SILVA, 1999), cujo aspecto assistencialista (CORREIA E SILVA, 1999) se afigura entre os seus principais traços distintivos.

Em nossa perspectiva, a predominância desse traço assistencialista nas relações Estado/sociedade civil pode ser justificada, por um lado, pela enorme carência das condições materiais com a qual as organizações da sociedade civil se viram confrontadas, e, por outro, pela própria natureza e ideologia do Estado, que, como já dissemos, apresentava características semelhantes àquelas veiculadas pela teoria marxista e leninista.

Todavia, explicitamente o Estado não se mostrava defensor da ideologia socialista. É preciso ver que a ascensão de Cabo Verde ao concerto de nações soberanas se deu em pleno período de Guerra Fria, marcado pela forte polarização ideológica que dividia o

bloco socialista, sustentado pela ex-URSS (União de Repúblicas Socialistas Soviéticas), do bloco capitalista, sustentado pelos EUA (Estados Unidos da América) e seus aliados.

Em face a essa polarização, a solução encontrada foi pragmática, ou seja, a de não se posicionar expressamente a favor de um ou de outro bloco. Consequentemente, Cabo Verde abraçou o “movimento dos não alinhados” (LOPES, 2012) saído da Conferência de Bandung, realizada em 1955 e no âmbito da qual os países afro-asiáticos decidiram cooperar entre si no sentido de se manterem coesos ante à pressão e influência das superpotências em contenda.

Em um livro-entrevista realizado pelo jornalista e investigador cabo-verdiano José Vicente Lopes (2012), é possível encontrar “depoimentos” históricos – daquele que foi o primeiro presidente de Cabo Verde independente, Aristides Pereira – que comprovam esse fato. Como exemplos da atitude pragmática de Cabo Verde face ao não-alinhamento explícito, ressaltam-se, de um lado, os acordos com o bloco socialista que permitiram o envio de um contingente considerável de estudantes cabo-verdianos a países de Leste Europeu e Cuba, com financiamento explícito destes, e dos quais originaram os primeiros quadros cabo-verdianos de pessoas formadas, técnicos e funcionários da administração pública; e, de outro, atitudes de cooperação ao mais alto nível com os EUA, tendo sido o presidente Aristides Pereira recebido na Casa Branca pelo presidente Ronald Reagan em visita oficial realizada àquele país em 1983 (LOPES, 2012).

É, portanto, no contexto dessa ambiguidade do ponto de vista ideológico e da emergência desse Leviatã crioulo (CORREIA E SILVA, 1999) que a trajetória social cabo-verdiana após a independência se redesenha e ganha forma de acordo com as escolhas e arranjos institucionais que, na altura, se considerou serem os melhores para o objetivo de construção do Estado (ALMADA, 2011). No próximo tópico, analisaremos os processos que conduziram à abertura política e à consequente instalação do regime democrático de matriz liberal no país, que sinalizou certa rutura no modelo social até aqui alimentado.

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E RECONVERSÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Em Cabo Verde, o processo que culminou com a transição democrática do regime verificado em 1991 – quando da realização das primeiras eleições livres, pluripartidárias e de voto secreto – iniciou-se a partir dos finais da década de 1980, por ocasião do III Congresso do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) (1988), quando, pela primeira vez, se colocou sobre a mesa o problema da abertura política e económica do regime de partido único (LOPES, 2012).

Contudo, como explica Aristides Pereira, ex-secretário-geral do PAICV e ex-presidente da República, a questão da abertura política não se efetivou durante o III Congresso devido à forte resistência da ala conservadora, que se posicionou contra a eventual liberalização política do regime, levando o próprio Aristides Pereira a assumir, depois de deixar o poder, que “[...] o resultado do Congresso foi uma frustração [...] ou que ficou aquém do esperado [...]” (LOPES, 2012, p. 343-345). Contudo, devido à falência e

ao esgotamento do modelo de partido único, a abertura política se mostrava inevitável e viria a ser anunciada pelo Conselho Nacional do PAICV em 19 de fevereiro de 1990 (LOPES, 2012).

Todavia, o processo só veio a ser oficializado em setembro de 1990 – quando a então Assembleia Nacional Popular removeu o célebre artigo 4º da Constituição, que reconhecia o PAICV como a única força dirigente do Estado e da sociedade, de um lado, e, de outro, aprovou, entre outros instrumentos, a Lei do Regime Jurídico dos Partidos Políticos e a Lei Eleitoral para a Assembleia Nacional Popular (ANP) e para o Presidente da República (ÉVORA, 2004).

Assim, abria-se o caminho para a instauração da democracia liberal no país e, conseqüentemente, para a reconversão do sistema político que, a partir dessa altura, passou a estribar-se em bases liberais e democráticas. Entretanto, chama-nos a atenção o fato de não ter havido, no país, manifestações de rua por parte da sociedade civil no sentido de pressionar o regime a liberalizar-se como, de resto, terá acontecido, por exemplo, em alguns países da África francófona e também da América Latina, cujos regimes teriam sido autoritários.

Este traço característico de ausência de manifestações na trajetória social cabo-verdiana durante o processo de transição espelha bem a natureza da sociedade civil, que, embora consciente da necessidade de ampliação dos direitos civis e de uma maior participação na esfera pública, se remeteu ao silêncio e à conseqüente passividade com relação aos rumos e contornos que o processo ia tomando.

Essa consciência manifestou-se de forma inequívoca no voto nas primeiras eleições livres e competitivas, das quais o recém-partido opositor (MpD) acaba por sair vitorioso do escrutínio popular, inaugurando, assim, um novo capítulo na história política cabo-verdiana, que viria a ser conhecido como a II República. Deste modo, a preocupação dos signatários da nova República prendia-se, fundamentalmente, à reforma do Estado, reconhecimento e ampliação dos direitos civis e, acima de tudo, criação de bases legais e institucionais para a edificação do Estado democrático e de direito, das quais se destaca a nova Constituição da República, aprovada em 1992.

Assim, no âmbito do discurso oficial plasmado em diversos mecanismos e programas do governo¹, assiste-se, durante esse período, a uma grande preocupação com a dimensão institucional da democracia, alimentada pela crença de que instituições fortes e consolidadas gerariam democracias estáveis e, conseqüentemente, cidadania ativa e engajada com o processo político (DAHL, 1997; SARTORI, 1994).

Nessa lógica, foi incentivada a criação de diversas organizações da sociedade civil, nomeadamente associações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs), organizações filantrópicas etc., contribuindo hoje para a existência de um número bastante elevado dessas organizações (PLATAFORMA DAS ONG DE CABO VERDE, 2007) que, supostamente, emanam do seio da sociedade civil.

Contudo, como demonstram alguns estudos empíricos realizados em Cabo Verde, mais especificamente os estudos realizados pelo Afrobarómetro, esse elevado número

¹Cfr. os programas do governo da II República (CABO VERDE, 2021).

de organizações da sociedade civil não tem contribuído para o incremento do exercício dos direitos da cidadania, visto que um número muito residual da sociedade participa em ações engendradas e levadas a cabo por essas organizações.

Quadro 1: Pertencas às associações

Associações	É membro (%)		Não é membro (%)		É dirigente (%)	
	Ano		Ano		Ano	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Grupo religioso	46	56	53	43	0,2	1
Sindicato ou cooperativas de agricultores	13	11	85	87	0,4	0,3
Associação profissional ou comercial	10	9	88	89	1	1
Projeto comunitário ou associação de auto-ajuda	16	16	82	81	1	1

Fonte: Relatório Afrobarómetro (REIS, RODRIGUES e SEMEDO, 2005).

Numa perspectiva longitudinal, esses dados vêm confirmar nossa tese de cidadania passiva ou de baixa intensidade, pois evidenciam baixa apetência dos cabo-verdianos para se envolverem em ações e coordenações coletivas que visam a conquista de objetivos comuns. Essa pouca predisposição quanto à pertença a grupos e organizações sociais denota, entre outros fatores, certo distanciamento dos cidadãos cabo-verdianos de espaços de engajamento cívico, causado pela crescente desconfiança interpessoal e institucional que vem caracterizando o imaginário do povo das ilhas e que pode ser comprovada pelos diversos dados de estudos de opinião realizados no país pelo Afrobarómetro.

Quadro 2: Participação em Reuniões e Marchas de Protesto (em percentagem)

Participação	Nunca participou num encontro comunitário (%)		Nunca se reuniu com outros para tratar de algum assunto (%)		Nunca participou numa marcha de protesto (%)	
	Ano		Ano		Ano	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Santo Antão	62	59	61	62	91	92
São Vicente	71	84	51	81	82	87
Interior de Santiago	55	56	52	56	86	83
Praia	64	70	42	66	78	91
Fogo	45	48	43	55	82	92
Total	60	64	49	67	83	87

Fonte: Relatório Afrobarómetro (REIS, RODRIGUES e SEMEDO, 2005).

Analisando o nível de participação dos cabo-verdianos em atividades cívicas, deparamo-nos com uma sociedade cuja grande maioria não evidencia uma cultura de participação ativa na vida do país, o que sinaliza para uma sociedade que ainda não conseguiu interiorizar a importância das estruturas de *inputs* que são necessárias para impulsionar o seu grau de desenvolvimento. Ao contrário, os dados trazem uma sociedade que se acomoda e se contenta com os incentivos vindos das estruturas de *outputs*, pois raramente se mostram predispostos a engendrar estratégias de confrontação e contestação em relação aos *outputs* produzidos pelas estruturas de poder.

Essa realidade mostra que, apesar do avanço institucional em direção à ampliação dos direitos da cidadania consagrados no novo ordenamento jurídico e constitucional, o exercício e o gozo desses direitos terão sido deficientes, pois a dimensão societária da cidadania não seguiu o mesmo avanço que a dimensão institucional, gerando, assim, distorções e desproporcionalidades no funcionamento da cidadania, conforme atestam os dados coligidos a partir de estudos empíricos.

Subjacente a essa realidade, no que tange ao desenvolvimento da cidadania, esconde-se um traço característico e marcante da nossa trajetória social que nos tem acompanhado ao longo dos tempos e que se relaciona, quanto a nós, com o modo como se concebeu a sociedade e suas diversas teias de relacionamento. O que nos parece é que houve sempre primazia da dimensão institucional/estatal sobre a dimensão *societal* e cívica, corroborando a perspectiva (*neo*)institucional da Ciência Política, muito apregoada a partir dos decênios de 1970/1980 e que argumentava que um dos problemas e causas do subdesenvolvimento e instabilidade nos países em desenvolvimento residia na inexistência de instituições fortes e consolidadas (HUNTINGTON, 1975; DAHL, 1997).

Em Cabo Verde, o empoderamento, o fortalecimento e a consolidação das instituições do Estado em relação à sociedade e aos cidadãos sempre terão sido uma questão que mereceu apoio e consenso de concomitantes governos desde a independência nacional. Essa crença incomensurável terá alimentado a ideia de que o desenvolvimento da cidadania adviria, naturalmente, pelo regular e sistemático funcionamento das instituições que teriam como papel estabelecer regras basilares e delimitar parâmetros de funcionamento e exercício da cidadania.

Todavia, a criação durante a II República de diversas instituições sociais, comunitárias e organizações não governamentais – muitas delas através de dirigentes político-partidários² e alimentadas pelos recursos do Estado – revela a inexistência de separação clara ou a existência de uma fronteira estreita entre a sociedade civil e a sociedade política, em que esta exerce uma hegemonia incomensurável sobre aquela, solapando, assim, quaisquer perspectivas de emergência de uma sociedade civil autónoma e independente do Estado, como, aliás, atestam as principais teorias que enfocam a temática da sociedade civil.

Alguns estudos sobre a temática da cidadania em Cabo Verde (COSTA, 2013) demonstram que essa função de hegemonia do aparelho do Estado e dos partidos políticos não

² Uma análise do Guia das ONGs de Cabo Verde dá-nos a ideia e o perfil de quem são os principais dirigentes das diversas ONGs. O perfil dos dirigentes enquadra-se, em sua grande maioria, no campo dos dirigentes políticos e partidários em escala nacional e local (PLATAFORMA DAS ONG DE CABO VERDE, 2007).

desvaneceu durante o período democrático, pois os dois partidos hegemônicos (MpD e PAICV) continuaram a exercer seus domínios sociais e políticos sobre a sociedade por meio de estímulos à criação de associações e organizações comunitárias afetas a cada um deles.

Uma perspectiva importante da literatura dos novos movimentos sociais e que nos ajuda a compreender esse fato tem a ver com o conceito de estruturas de oportunidades políticas, cunhado e desenvolvido por Sidney Tarrow (2009). Esse conceito enquadra-se na abordagem que viemos defendendo sobre a cidadania em Cabo Verde, visto que, de certa forma, o seu exercício depende grandemente das diversas ligações engendradas com os dois partidos políticos hegemônicos que procuram a capitalização dessas redes e a sua conseqüente conversão política, traduzida em votos em suas legendas nas eleições gerais.

Um exemplo característico dessa situação é o recente escândalo envolvendo o Fundo do Ambiente (2021), através do qual, nas vésperas das eleições legislativas de 2016, teriam sido transferidas, de forma discriminada, verbas do Tesouro Público para diversas associações e organizações comunitárias com manifestas ligações a um dos partidos políticos que, na altura, estava no Governo. Essa realidade é reveladora das estratégias políticas engendradas no tocante à construção e consolidação da cidadania, pois prova que ela tem sido, desde sempre, criada de cima para baixo e usada e instrumentalizada em função de objetivos e metas político-eleitorais.

CONCLUSÃO

A análise e discussão teórica e empírica das principais teorias e estudos realizados em Cabo Verde apontam para uma trajetória social e construção da cidadania situadas no limite da intervenção do Estado, pois este, nos distintos momentos fundadores de sua história, além de ter conseguido exercer grande hegemonia sobre todos os setores sociais, terá sido a única entidade responsável pela concessão dos direitos e gozos sociais aos cidadãos.

Esta situação terá contribuído, como ficou evidente, para a contração da sociedade civil, que, ao longo dos tempos, viu seu campo de atuação reduzido e ocupado pelas instituições e estruturas político-representativas do Estado. Por outro lado, assistiu-se à construção de narrativas teóricas de que o desenvolvimento da cidadania passaria pela construção de instituições fortes e consolidadas que, em última instância, estabeleceriam regras claras e consistentes para o exercício dos direitos de cidadania.

Como terá ficado evidenciado, ainda que o período democrático consagrasse um amplo catálogo de direitos de cidadania, o seu exercício terá ficado condicionado a lógicas partidárias e, portanto, estatais, pois o seu funcionamento terá ficado grandemente dependente de incentivos produzidos e implementados pelo Estado e suas diversas estruturas representativas.

Em rigor, a conclusão mais óbvia que se pode tirar deste trabalho é que a trajetória social e construção da cidadania em Cabo Verde seguem sendo gizadas pelo Estado e isso acaba, de certa maneira, por castrar as perspectivas de uma cidadania ativa, consciente e autónoma em relação aos poderes e interesses partidários instalados.

Essa constatação acaba dando razão às teorias do neoinstitucionalismo histórico trazidas ao debate, que defendem que eventos de horizonte temporal longo têm efeitos de longo prazo na trajetória social de qualquer sociedade ou país. Cabo Verde ainda não conseguiu superar esse pesado fardo apesar dos esforços que vêm sendo feitos para a ampliação e consolidação da cidadania no país.

A superação desse problema implicaria, quanto a nós, a mudança da trajetória social até aqui delineada, que, ao invés de dar importância incomensurável à dimensão institucional, que não deixa de ser importante, deveria dar uma guinada substancial à dimensão societal através de mecanismos próprios, que expurguem a contaminação partidária que a nossa sociedade vem enfrentando.

SOBRE O AUTOR

Vlademiro Salvador Furtado: Licenciado em Filosofia pela Universidade de Cabo Verde. Mestre em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa sobre Processos Participativos na Gestão Pública e parecerista da Revista Debates – Revista de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui formação em Direitos Humanos: Agentes Jurídicos Populares.

REFERÊNCIAS

1. ALMADA, David H. *A construção do Estado e a democratização do poder em Cabo Verde*. Cidade da Praia, 2011.
2. ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
3. BAYART, Jean-François. La revanche des sociétés africaines. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO ECONÔMICA, JURÍDICA E SOCIAL, 1983, Cairo. *Anais do Seminário do Centro de Estudos e Documentação Económica, Jurídica e Social*. Cairo, 1983.
4. BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1994.
5. BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989.
6. CABO VERDE. *Programa de governo e moção de confiança 2021-26*. Cidade da Praia, 2021. Disponível em: <https://www.governo.cv/governo/programa-do-governo/>. Acesso em: 07 dez. 2022.
7. CABRAL, Amílcar. *Pensar para melhor agir*. Intervenções no Seminário de Quadros (1969). Cidade da Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2014.
8. CABRAL, Amílcar. *Unidade e luta: a arma da teoria*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013. v. 1.
9. CABRAL, Iva et al. *Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (Séc. XVI-XVII)*. Cidade da Praia: Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior; Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.
10. CARDOSO, Humberto. *O partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança*. Cidade da Praia: Imprensa Nacional, 1993.
11. CARREIRA, António. *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. 2. ed. Lisboa: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.
12. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
13. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
14. CORREIA E SILVA, António Leão. *O nascimento do Leviatã crioulo: esboços de uma sociologia política*. Lisboa: CEA/ISCTE, 1999.
15. COSTA, Suzano. Sociedade civil, Estado e qualidade da democracia em Cabo Verde: entre a letargia cívica e a omnipresença do Leviatã. In: SARMENTO, Cristina Montalvão; COSTA, Suzano (Orgs.). *Entre África e a Europa. Nação, Estado e democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Edições Almedina, 2013. p. 273-330.
16. DAHL, Robert A. *A poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
17. ÉVORA, Roselma. *Cabo Verde: a abertura política e a transição para a democracia*. Cidade da Praia: Spleen Edições, 2004.
18. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
19. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
20. FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação*. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo. Praia: Editora da UFSC; Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
21. FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Edufsc, 2002.
22. FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil, 1953.
23. FUNDO do ambiente: um escândalo político sem precedentes. 2021. Disponível em: <https://caboverdeup.cv/index.php/2021/04/08/elementor-378/>. Acesso em: 07 dez. 2022.
24. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
25. HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Ed. USP, 1975.
26. KATO, Junko. Path dependency as logic of comparative studies: theorization and application. In: ANNUAL MEETING OF AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 1996, San Francisco. *Proceedings of the Annual Meeting of American Political Science Association*. San Francisco, 1996.
27. KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. São Paulo: Publicações Europa-América, 1979. v. 1. (Coleção Biblioteca Universitária).
28. LEVI, Margaret. A model, a method and a map: rational choice in a comparative analysis. In: LICHBACH, Mark Irving; ZUCKERMAN, Alan (Eds.). *Comparative politics: rationality, culture and structure*. New York: Cambridge University Press, 1997.
29. LOPES, Baltazar. Uma experiência romântica nos trópicos. *Revista Claridade*, v. 2, p. 01-10, 1947.
30. LOPES, Baltazar. As ilhas adjacentes de Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, v. 1, n. 1, 1931.

31. LOPES, José Vicente. *Aristides Pereira: minha vida, nossa história*. Cidade da Praia: Spleen Edições, 2012.
32. LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: os bastidores da independência*. 2. ed. Cidade da Praia: Spleen Edições, 2002.
33. MAHONEY, James; THELEN, Kathleen Ann. *Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power*. Cambridge University Press, 2009.
34. MALTEZ, José Adelino. *Breviário de um repúblico: entre o estado e as teias neofeudais do micro-autoritarismo*. Lisboa: Edições Gradiva, 2013.
35. MARSHALL, Thomas H., *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
36. MOREIRA, Adriano. *Partido português*. Cabo Verde: Centro de Informação e Turismo, 1962.
37. NBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
38. NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Desafios para a formação do Estado em África. FUNDAÇÃO AMILCAR CABRAL (Org.). *Cabral no cruzamento de Épocas*. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amilcar Cabral. Cidade da Praia: Alfa Comunicações, 2005. p. 405-428.
39. PIERSON, Paul. *Politics in time*. History, Institutions and Social Analysis. Princeton: Princeton University Press, 2004.
40. PLATAFORMA DAS ONG DE CABO VERDE. *Guia das ONG*: Cabo Verde. Cidade da Praia, 2007.
41. REIS, Deolinda; RODRIGUES, Francisco; SEMEDO, Jose. Atitudes em Relação à Qualidade da Democracia em Cabo Verde. *Afrobarometer Working Paper*, n. 53, p. 01-55, 2005. Disponível em: <http://www.afrobarometer.org/publications/atitudes-em-rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-qualidade-da-democracia-em-cabo-verde>. Acesso em: 21 ago. 2022.
42. SANTOS, Daniel dos. *Amilcar Cabral: um outro olhar*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.
43. SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1994. v. 1.
44. TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
45. TAVARES, Eugénio. *Viagens, tormentas, cartas e postais*. Cidade da Praia: IPC, 1999.
46. WALZER, Michael. The civil society argument. In: GUNNAR MYRDAL LECTURE, 1990, Stockholm. *Proceedings...* Stockholm: University of Stockholm, 1990. p. 1-11.

Submissão em: 05 out. 2022

Aceito em: 21 out. 2022

